



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

CONTRATO Nº 047/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE E O CONSÓRCIO TPF/MAIA MELO/ENGENCONSULT ENCOSTAS 01, NA FORMA ABAIXO:

No presente instrumento particular de Contrato, são partes: de um lado, a **AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE**, Autarquia Municipal com personalidade jurídica de direito público, com sede à Avenida Oliveira Lima, n 867, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.940.868/0001-64, neste ato representada, conjuntamente, por seu Diretor Presidente, **LUIS HENRIQUE VEIGA FARIAS DE LIRA**, brasileira, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.908.718-00, e por sua Diretora Administrativa Financeira, **AURISTELA COSTA MONTENEGRO OLIVEIRA**, brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob o nº 030.908.718-00, e por sua Diretora de Planejamento e Projetos, **LUANA GENTIL DE BARROS PEREIRA**, brasileira, solteira, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 030.908.718-00. Todos domiciliados e residentes nesta cidade do Recife, doravante designada **CONTRATANTE**, e, do outro lado o **CONSÓRCIO TPF-MAIA MELO/ENGENCONSULT ENCOSTAS 01**, criado conforme Termo de Compromisso e Constituição do Consórcio, cabendo a liderança do Consórcio, por força da Cláusula Sétima do Termo de Constituição do Consórcio, à **TPF ENGENHARIA LTDA**, com sede à Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 176, no bairro do Pina Recife/PE inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.940.868/0001-64, neste ato representado por seu Representante Legal o sr. **RICARDO MEDEIROS PEREIRA DE CARVALHO**, brasileiro casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na rua 1000, nº 1000, CEP 51.040-000, inscrita no CPF/MF sob o nº 030.908.718-00, doravante designada **CONTRATADA**; as quais, acima nomeadas e qualificadas, resolvem firmar o presente Contrato, sob o Regime de Empreitada por Preço Global, de acordo com o **Processo Licitatório nº 022/2022** aberto através do Edital da **Concorrência nº 005/2022 – CPL/URB RECIFE – LOTE 02**, devidamente homologado pelo Ordenador de Despesas em 30/09/2022, regendo-se pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, suas alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente Contrato a **Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para Contenção de Encostas e Urbanização em Áreas de Riscos, Visando a Redução de Deslizamentos na Cidade do Recife/PE, LOTE 02 – FASE 01**, conforme as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, que são partes integrantes e inseparáveis.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor do presente Contrato é de R\$ 4.795.020,96 (quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, vinte reais e noventa e seis centavos) correspondente ao valor devidamente homologado no Processo Licitatório referido no preâmbulo deste Contrato para o LOTE 02.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da **CONTRATADA**, aceita na licitação referida no preâmbulo deste Contrato, cujas planilhas constituem



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA O pagamento dos serviços será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** mediante entrega dos produtos pela **CONTRATADA**, em 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de ingresso, no Protocolo Geral da URB Recife, da fatura correspondente aos serviços adimplidos e aprovados pela fiscalização do contrato, mediante o parecer, que deverá ser emitido em até 20 (vinte) dias, conjuntamente à documentação comprobatória de regularidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todos os serviços prestados deverão ser obrigatoriamente aprovados pela **CONTRATANTE**, antes da efetuação dos seus pagamentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento dos trabalhos efetivamente executados será feito pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, de acordo com as respectivas apresentações dos **PRODUTOS**, e preços constantes na proposta da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento das faturas, bem como as faturas referentes aos reajustamentos se houverem, deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral da URB Recife, para serem encaminhadas à Diretoria de Planejamento e Projetos da URB Recife, para as providências relativas à conferência, atesto e encaminhamento para o financeiro para efetivação do pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – Na ocasião do pagamento, a **CONTRATADA** se obriga a apresentar o original e entregar cópia dos seguintes documentos:

- a) Guia de Recolhimento da Previdência Social – GRPS, juntamente com a GFIP/SEFIP e folha de pagamento, relativos ao mês do serviço prestado anterior ao discriminado na Nota Fiscal/Fatura apresentada;
- b) Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP, relativos ao mês do serviço prestado anterior ao discriminado na Nota Fiscal/Fatura apresentada;
- c) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativa ao mês do serviço prestado anterior ao discriminado na Nota Fiscal/Fatura apresentada;
- d) Prova de Regularidade com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Folhas de Pagamento do Pessoal Empregado, relativas ao mês do serviço prestado discriminado na Nota Fiscal/Fatura apresentada e também ao mês anterior à competência do pagamento, respectivos contracheques e folhas de ponto, devidamente assinados;
- g) A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, cópia da Relação de Empregados – RE, alocados para execução dos serviços, constantes do Arquivo do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP, juntamente com o protocolo de conectividade social; e,
- h) Comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, em caso de rescisões contratuais ocorridas no mês anterior, devendo apresentar ainda o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, observadas as formalidades legais.

PARÁGRAFO QUINTO – O pagamento dos serviços só será autorizado mediante apresentação de Registro de Responsabilidade Técnica RRT/CAU e Seguro de Responsabilidade Civil – SRC.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, no ato da entrega da Fatura, relatório consubstanciado de todos os serviços realizados no período.

PARÁGRAFO SÉTIMO – No caso de enfraquecimento do ritmo dos serviços ou de sua paralisação total, ainda que nos casos imprevistos, o pagamento dos serviços sofrerá diminuição ou supressão da remuneração da contratada, respectivamente, nos termos do art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA QUARTA – A concessão de reajuste será avaliada segundo os termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.069/95, Lei nº 10.192/01 e Decreto Municipal nº 32.425/2019.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço contratado será reajustado com periodicidade anual, transcorridos 12 (doze) meses, ou seja, no mês de aniversário da proposta, excluída a responsabilidade da contratada pelo retardamento da execução do objeto contratual e calculado utilizando-se os índices de variação de preços de **Serviços de Consultoria ou Supervisão, apurados pela Fundação Getúlio Vargas**, sendo o índice inicial (I_0), o correspondente à data da proposta e o índice atual (I_1) aquele alusivo à data em que está sendo procedido o reajustamento, na forma da lei, e com a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \{ (I_1 / I_0) - 1 \}$$

Onde:

R = Valor Reajustado.

P_0 = Valor remanescente contratual a ser reajustado.

I_1 = Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Consultoria (Supervisão e Projetos) – Coluna 39, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de reajuste.

I_0 = Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Consultoria (Supervisão e Projetos) – Coluna 39, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não obstante a previsão de reajuste de preço nos termos do disposto nesta Cláusula Quarta, tal procedimento somente será admitido se, após prorrogação, a vigência do ajuste for superior a 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O reajuste não será procedido caso o Governo Federal edite medida econômica impeditiva e/ou caso exista impedimento legal.

DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – A garantia de execução do Contrato será efetuada mediante uma das formas estabelecidas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Executado o objeto, a **CONTRATADA** poderá requerer a devolução da garantia prestada, a qual será devolvida por parte da **CONTRATANTE**, desde que comprovado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, o que será feito mediante atesto da Diretoria de Planejamentos e Projetos - DPP da



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

CONTRATANTE, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da lavratura do termo de recebimento definitivo dos serviços.

DOS PRAZOS

CLÁUSULA SÉTIMA – O prazo de vigência do contrato será de 14 (quatorze) meses e o prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, correspondente ao LOTE 02, ambos corridos, contados a partir da data da expedição da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogados nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, para assegurar o prazo referido no § 3º do art. 73 e nas hipóteses dos incisos do § 1º do art. 57 da referida Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA em nenhuma hipótese poderá dar início à execução do objeto deste Contrato antes do recebimento da Ordem de Serviço.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA – Executado este instrumento pela CONTRATADA, seu objeto será recebido pela CONTRATANTE:

I – Em caráter provisório, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita da CONTRATADA; e;

II – Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA NONA – Os recursos alocados para realização do objeto deste contrato são oriundos da Dotação Orçamentária: nº 5011.1.574.4.4.90.51 – Fontes: 102 e 133, para o LOTE 02.

DAS PRERROGATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA – O regime jurídico deste Contrato confere à CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas nos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Constitui obrigação da CONTRATANTE, além das constantes dos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos pela arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos, referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a observância e o cumprimento das normas legais referentes à higiene e segurança do trabalho, bem como a obrigação de se manter durante todo o período de execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação exigidas pela CONTRATANTE quando da licitação referida no preâmbulo deste Contrato.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deve manter todas as condições de habilitação exigidas pela **CONTRATANTE** quando da licitação referida no preâmbulo deste Contrato, inclusive e principalmente no seu Cadastro de Habilitação de Firmas-CHF no Sistema de Credenciamento Unificado de Fornecedores da Prefeitura do Recife - SICREF, expedido pela Gerência de Serviços de Credenciamento de Fornecedores-GSCF, da Prefeitura do Recife. O cadastro de Habilitação de Firmas – CHF pode ser realizado, atualizado e emitido, através do endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/app/ConsInformacaoFornecedores.php>. Dúvidas podem ser dirimidas através do e-mail: sicref@recife.pe.gov.br.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATANTE**, através do seu setor competente, deverá supervisionar o cumprimento de tais normas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Constatada qualquer irregularidade, a **CONTRATADA** terá o prazo de 08 (oito) dias para saná-la, sob pena de, não o fazendo, serem retidos os pagamentos até sua efetiva regularização.

PARÁGRAFO QUARTO – Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade pelos danos causados por ela ou seus funcionários/prepostos e terceirizados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando a **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir todas as disposições contidas no presente instrumento e no Edital e seus anexos da Licitação referida no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATADA** que estiver em Recuperação Judicial deverá apresentar, a cada seis meses, documento comprobatório, emitido pelo juízo prolator da decisão judicial, confirmando que ela continua válida e eficaz.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo a constatação da necessidade de serviços excedentes que ultrapassem o preço global contratado, assim como de serviços extras, assim entendidos os que não estiverem orçados na planilha original, os mesmos serão objeto de instrumento aditivo a este Contrato, após parecer favorável da Fiscalização da **CONTRATANTE**, devidamente homologado pela Diretoria de Planejamento e Projetos, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços extras/excedentes somente poderão ser executados mediante autorização prévia da **CONTRATANTE**:

I) Os serviços extras que estiverem previstos ou não em tabelas de referência legítimas, devem ser pagos considerando-se os mesmos percentuais de: Encargos Sociais, Custo Administrativo, Remuneração da Empresa e Despesas Fiscais, aplicados na proposta de preços original da **CONTRATADA**;



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

II) Eventuais serviços excedentes deverão ser pagos de acordo com os preços constantes da proposta original da **CONTRATADA**, apresentada na licitação referida no preâmbulo deste Contrato, necessitando de específica autorização da **CONTRATANTE** e, ainda, devendo-se aferir se os acréscimos solicitados pela **CONTRATADA** redundaram ou não de eventual erro de projeto, de modo a se observar as regras protetivas do erário.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminal, assegurada a ampla defesa:

- a) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor global do Contrato, pela inexecução total;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, pela recusa da **CONTRATADA** em executar o Contrato, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado;
- c) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso em relação aos prazos fixados para execução dos serviços, incidente sobre o valor devido na data da liquidação da etapa a que se referir, até o percentual máximo de 10% (dez por cento);
- d) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso pela demora da **CONTRATADA** em corrigir falhas do serviço executado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, incidente sobre o valor dos serviços não executados;
- e) Multa de até 10% (dez por cento) pela recusa da **CONTRATADA** em corrigir as falhas no serviço executado, entendendo-se como recusa o serviço não iniciado e não justificado nos 02 (dois) dias que se seguirem à data da rejeição, incidente sobre o valor do serviço rejeitado;
- f) Multa diária de 0,01 (um centésimo por cento), calculada sobre o valor global do Contrato, por cada empregado sem EPI's e fardamento no local dos serviços;
- g) Multa diária de 0,01 (um centésimo por cento), calculada sobre o valor global do Contrato, devido à sinalização inadequada no local dos serviços;
- h) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por cada dia de paralisação dos serviços sem justa causa, calculada sobre o valor total dos serviços não executados, considerando o cronograma físico-financeiro anexo ao Edital do certame objeto deste instrumento;
- i) Multa moratória diária de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total dos serviços não executados, ou seja, do saldo remanescente, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista no Edital, neste instrumento contratual ou na Lei Federal nº 8.666/93, pelo descumprimento dos demais prazos, cláusulas e acertos não especificados nos itens anteriores, decorrentes da execução das cláusulas contratuais, por parte da **CONTRATADA**;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor das multas aplicadas, se não recolhido aos cofres da **CONTRATANTE** na forma estabelecida, será descontado da Garantia de Execução do Contrato prestada pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se o valor das multas for superior ao da Garantia de Execução do Contrato, além de perder esta, a **CONTRATADA** responderá pela diferença verificada, que será descontada de eventuais pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, ou cobrada judicialmente.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de inexecução parcial ou total do Contrato, será procedida a sua rescisão, no que couber, aplicando-se à **CONTRATADA** as penalidades previstas nos subitens anteriores, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, independentemente das penalidades previstas em lei.

PARÁGRAFO QUARTO – Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUINTO – Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à **CONTRATANTE** as seguintes sanções, garantida a prévia defesa.

- a) Advertência por escrito.
- b) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- c) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/93.
- d) Antes da aplicação de qualquer penalidade, será assegurada ampla defesa à **CONTRATADA**.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa a **CONTRATADA** e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos arts. 77 a 80 e no art. 88 da Lei Municipal nº 14.985/1987 acrescido do Inciso XVIII em sua alteração dada através da Lei Municipal nº 18.626/2019, sem prejuízo das penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A **CONTRATANTE** poderá considerar rescindido este Contrato, com as consequências previstas neste instrumento e em lei, nas hipóteses de a **CONTRATADA**:

- a) Não iniciar os serviços dentro do prazo de 07 (sete) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço;
- b) Paralisar os trabalhos por mais de 07 (sete) dias, salvo por motivo pré-avisado que, a critério da **CONTRATANTE**, seja considerado justo;
- c) Ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, os direitos e obrigações contratuais, salvo expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) Não concluir a execução do objeto deste Contrato dentro do prazo fixado;
- e) Não cumprir qualquer obrigação prevista neste instrumento e no Edital e seus anexos da licitação referida no preâmbulo deste Contrato;
- f) For declarada falida, insolvente ou dissolvida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de rescisão contratual, na forma prevista nesta Cláusula e na Cláusula Décima Quarta deste instrumento, terá a **CONTRATADA** direito exclusivamente ao recebimento pelos serviços corretamente executados, deduzidas, porém, quaisquer importâncias de que eventualmente seja devedora.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não implicará em renúncia ao direito o não exercício, pela **CONTRATANTE**, da faculdade de considerar rescindido o presente instrumento, nos termos desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente Contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, determinadas e justificadas pela **CONTRATANTE**.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição, os documentos a seguir, além de outros que sejam relevantes para a contratação:

- a) Edital da Concorrência nº 005/2022 – CPL/URB RECIFE e todos os seus anexos;
- b) Proposta da **CONTRATADA**;
- c) Estudo Comparativo;
- d) Outros documentos pertinentes e relacionados ao certame; e,
- e) Homologação, tudo constante no Processo GAJ nº888/2022.

DAS DEMAIS ESTIPULAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa **CONTRATADA**, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada a análise pela **CONTRATANTE** do procedimento realizado, para efeito de aceitação, tendo presente à possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O presente Contrato, observado o disposto no art. 67 da Lei de Licitações, deverá ser acompanhado e fiscalizado pela Diretoria de Planejamento e Projetos da **CONTRATANTE**, através de representante designado para tal, a quem caberá acompanhar e **fiscalizar a sua execução**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O representante da Diretoria de Planejamento e Projetos anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Na hipótese de ocorrerem atrasos na execução dos serviços, os mesmos deverão ser justificados pela **CONTRATADA** nos relatórios mensais elaborados para análise da **CONTRATANTE**, que, a seu exclusivo critério, acatará, ou não, as justificativas de atraso verificadas no cronograma físico.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A **CONTRATANTE** autoriza o acesso irrestrito da **CONTRATADA** às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e deste Contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários deste Contrato, nos termos da Lei Municipal nº 17.765/12.

PARÁGRAFO ÚNICO – As informações obtidas em conformidade ao disposto na Cláusula anterior serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Se a **CONTRATANTE** constatar que a **CONTRATADA** envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição, ou de execução do contrato, então a **CONTRATANTE** pode, após 10 (dez) dias úteis do envio de uma notificação à **CONTRATADA**, encerrar a participação da **CONTRATADA** e efetivar sua retirada do Canteiro de Obras, além de proceder com o consequente distrato do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Qualquer empregado da **CONTRATADA** envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a execução das Obras, será afastado da execução dos serviços do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os propósitos deste subitem definimos:

- a. “prática corrupta” significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de outra parte;
- b. “prática fraudulenta” significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir um indivíduo a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c. “prática colusiva” significa uma articulação entre duas ou mais partes, com o propósito de atingir um objetivo incorreto, inclusive influenciar de modo inadequado as ações de uma outra parte;
- d. “prática coercitiva” significa prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente qualquer parte interessada, ou à sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma outra parte;
- e. “prática obstrutiva” significa:
 - e.1. destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações, ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar o seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação, ou ao seu prosseguimento; ou
 - e.2. atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do “investigador”, de promover inspeção ou auditoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – As práticas acima referidas, tal como definidas, são referidas coletivamente nas presentes Orientações como “Fraude e Corrupção”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Medidas destinadas a prevenir e combater a fraude e a corrupção:

PARÁGRAFO ÚNICO – Em cumprimento do propósito acima mencionado e dos princípios gerais, exceto se de outra forma acordado por escrito pelo Mutuário e o Banco Mundial. o Mutuário:



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

- (A) Deve adotar todas as medidas adequadas para assegurar a execução do Programa em conformidade com as presentes orientações;
- (B) Tomar todas as medidas apropriadas para prevenir a Fraude e a Corrupção no âmbito do Programa, incluindo (mas não limitado a) a adoção e implementação de práticas fiduciárias e administrativas apropriadas e arranjos institucionais;
- (C) Informar prontamente o Banco todas as alegações credíveis e materiais ou outras indicações de Fraude e Corrupção que vierem em sua atenção, juntamente com as ações de investigação e outras que o Mutuário se propuser tomar a respeito;
- (D) A menos que o Mutuário e o Banco Mundial acordem de outro modo, com relação a um caso particular, tomarão medidas oportunas e apropriadas para investigar tais alegações e indicações: Deverá enviar relatórios ao Banco sobre as ações tomadas em qualquer investigação, nos intervalos que forem acordados entre o Mutuário e o Banco Mundial; e, imediatamente após a conclusão de tal investigação, relatar ao Banco suas conclusões;
- (E) Se o Mutuário ou o Banco determinar que qualquer pessoa ou entidade, se envolveu em Fraude e Corrupção em conexão com o Programa, deverá tomar medidas oportunas e apropriadas, satisfatórias ao Banco, para remediar ou de outra forma resolver a situação e impedir sua recorrência. Desde que nada nesta alínea (E) ou na alínea (D) acima, obrigue o Mutuário a agir em contradição direta com a legislação aplicável do País Membro;
- (F) Deverá colaborar plenamente com os representantes do Banco Mundial em qualquer inquérito conduzido pelo Banco, sobre as alegações ou outras indicações de fraude e corrupção e tomar todas as medidas adequadas para assegurar a plena cooperação das pessoas e entidades pertinentes, sujeitas a Jurisdição do mutuário em tal inquérito; e
- (G) Garantir que qualquer pessoa ou entidade excluída, ou suspensa pelo Banco Mundial, não seja adjudicada a um contrato sob sua responsabilidade, ou de outro modo não seja autorizado a participar no Programa durante o período de tal exclusão ou suspensão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Sanções e ações relacionados pelo banco em casos de fraude e corrupção

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em cumprimento do propósito acima mencionado e dos princípios gerais, exceto se de outra forma acordado por escrito pelo Mutuário e o Banco:

- (A) Informará prontamente o Mutuário de todas as alegações credíveis e materiais, ou outras indicações de Fraude e Corrupção relacionadas ao Programa que lhe forem submetidas, de acordo com as políticas e procedimentos do Banco;
- (B) Nos casos em que o Banco Mundial determine que é necessário fazê-lo, para cumprir sua obrigação fiduciária, pode conduzir um inquérito sobre tais alegações, ou outras indicações independentemente, ou em colaboração com o Mutuário;
- (C) Informar o Mutuário sobre o resultado de tal inquérito; e
- (D) Poderá sancionar qualquer indivíduo ou entidade que não seja o País Membro, se em qualquer momento, o Banco Mundial determinar que tal indivíduo ou entidade tenha se envolvido em Fraude e Corrupção em conexão com o Programa, ou qualquer outra atividade financiada pelo Banco Mundial, de acordo com as políticas e procedimentos vigentes.



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Política de PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO acima definida, faz parte das regras deste Edital e está estabelecida pelo Banco Mundial, podendo ser consultada no link: <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/090224b082ff1190.pdf>.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Para todas as ações que possam advir do presente Contrato, fica eleito o foro desta comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e para o mesmo efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo também o subscrevem.

Recife, 11 de novembro de 2022.

LEO HENRIQUE VIEIRA FARIAS DE LIRA
Diretor-Presidente da URB RECIFE

ALANIELA COSTA MONTENEGRO OLIVEIRA
Diretora Administrativa Financeira da URB RECIFE

LUANA GEÓRGINE DE CARVALHO PEREIRA
Diretora de Planejamento e Projetos da URB RECIFE

RICARDO MEDEIROS PEREIRA DE CARVALHO
Representante Legal do CONSÓRCIO TPF/MAIA MELO ENGENCONSULT ENCOSTAS 01

TESTEMUNHAS: